

Revolução dos Cravos e a democratização no Portugal contemporâneo (1973-1975)

Pamela Peres Cabreira

Universidade Nova de Lisboa

Lisboa - Portugal

cabreiraperes@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir e apresentar a Revolução dos Cravos, ocorrida em Portugal em 25 de Abril de 1974 após 48 anos de autoritarismo e repressão sob a égide da ditadura do Estado Novo. Para tanto, utilizar-se-á discussão bibliográfica bem como fontes primárias representadas por periódicos, documentos institucionais, boletins e folhetos de partidos políticos. Apesar de pouco discutida no Brasil, a Revolução portuguesa foi um marco nas democratizações ibéricas e exemplo para a luta popular em diversos outros países, tendo assistido um rico processo de alternâncias políticas e conquistas sociais. Portanto, o estudo e discussão científica sobre este importante evento do século XX é essencial para compreendermos as difusões das lutas e revoluções disseminadas ao longo deste século.

Palavras-Chave: Portugal. Revolução dos Cravos. Revolução de Abril. Democratização.

Introdução

A década de 1970 na Europa é fortemente marcada pelos reflexos da Guerra Fria onde as investidas do imperialismo estadunidense apregoam-se mundo afora e as lutas ideológicas fazem-se presentes nas revoluções africanas contra o poder colonialista português. Desta forma, o 25 de Abril insere-se inevitavelmente numa conjuntura condicionante com o sentido internacional de sociedade e das modificações que perpassam esta década. As drásticas transformações no sentido econômico e sociopolítico a que se seguiriam as posteriores décadas no âmbito internacional, baseadas, sobretudo, no liberalismo e socialdemocracia tardia, marcariam as tomadas de decisão no país modificando as premissas instaladas na Constituição de 1976 que marca o início do período de democratização no país, mas também de uma inserção profunda na lógica capitalista e na consequente perda de direitos conquistados ao longo dos 19 meses da Revolução. Logo, analisar a formação de um Estado democrático a partir da Revolução dos Cravos relaciona-se com a formação da identidade da pós-revolução em conjunto com estes condicionamentos internacionais e as modificações em África com as independências das colônias portuguesas.

Como bem ressalta Maxwell (2006, p. 18), “[...] a democracia portuguesa contemporânea assenta-se parcialmente na sublimação dessa experiência conflitante, o que pode explicar a visão altamente fragmentada desses eventos e gera o risco de fazer prisioneira da memória seletiva a história deste período”. Ao inserir-se em um quadro internacional capitalista com as faces postas ao pós-modernismo que individualiza o cidadão e cria uma falsa ilusão de pertencimento e poder ao determinar a outrem a direção do Estado, forma de participação sociopolítica disseminada sobretudo nas sociedades ocidentais, a forma como se dará a análise pública da ascensão da democracia no país faz-se logicamente marcada ao discurso coletivo da demonização da revolução e da “natural” evolução de uma ditadura autoritária (*salazarismo/marcelismo*) à democracia parlamentar (instaurada em 1976).

A chamada por uma mudança de sistema faz-se muito presente em Portugal no decorrer da década de 1970, com movimentos grevistas, o acirramento e descontentamento com a guerra colonial em África¹. O periódico clandestino *Avante!*, no início desta década, aponta que a luta contra o “fascismo” dava-se em três frentes: “a luta reivindicativa da classe operária, a luta política, a luta dos estudantes”², e apontam que o caminho para o derrube do regime não deve aparecer por meio “[...] da liberalização para a democracia, mas o desenvolvimento da luta de massas e finalmente, numa situação revolucionária, o levantamento nacional, a insurreição popular”³, situação esta que se teria início em 25 de Abril de 74.

Portanto, em primeiro lugar, o país assistirá uma intensa marcha do movimento operário caracterizando um papel de protagonismo nas lutas laborais, tendo, no entanto, certa problematização de desorganização e descentralização das demandas e da organização sindical. Em segundo, por parte da oficialidade intermédia das Forças Armadas na recusa em dar continuidade à guerra em África. Quando este grupo se rebela e toma a metrópole, entendemos, é um reflexo do arcaísmo que a mesma reproduziu nesta parcela de oficiais, trazendo para a arena pública os problemas por que o país passava, e, a partir de então, muitas outras demandas serão apresentadas como fator de luta durante os dezenove meses de processo revolucionário. Logo, os problemas das guerras em África resultarão numa

¹ Podemos afirmar que a Revolução de abril de 1974 inicia com as revoluções africanas em prol da libertação das amarras coloniais que já duravam séculos. Com o início dos confrontos em 1961, Portugal viria a mudar toda a sua estrutura econômica para sustentar o insustentável. A utilização dos termos para designar estas guerras de guerrilha perpassa por questões ideológicas que não cabem espaço neste artigo para serem discutidas, contudo, é importante demarcar que “Guerra Colonial” geralmente é usado na historiografia para designar o período de 1961 a 1974 contra as lutas independentistas das colônias africanas.

² *Avante!* Nova fase de luta. Ano 39, série VI, n. 411, janeiro de 1970, p. 01.

³ *Avante!* A perspectiva revolucionária. Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 02.

Revolução na metrópole, apoiada, seguida e defendida por uma parcela imensa da população. A crise que perpassava a Europa, e também Portugal após a recessão mundial no ano de 1973, somada à crise da guerra, será fator desencadeante deste processo. Portanto, nossa hipótese circula entre três basilares para a eclosão da Revolução: Guerra colonial, crise econômica – reflexo, em partes, da própria guerra -, e, por último, a manifestação popular pelo descontentamento do regime.

O Estado Novo e as perspectivas africanas

Após o golpe militar em 1926 com o compromisso do exército em mediar um período transitório, viria a eleger-se presidente de Portugal, Oscar Carmona, no ano de 1928, iniciando o período chamado de “Ditadura Nacional” com a instauração da Constituição de 1933. Este regime denominou-se Estado Novo, onde mantendo formações milicianas, partido único e a consolidação ideológica da Igreja Católica e do autoritarismo no Estado, tomava para si características repressivas e antidemocráticas.

Muitos fatores concorrem para a sensação de crise que domina os meios políticos portugueses na última fase da Primeira República. No rescaldo da Primeira Grande Guerra tinham-se modificado ideias políticas, estruturas econômicas, relações de classes, e introduzira-se uma consciência de precariedade e mudança que levava a exigir do Estado uma ação mais vigorosa e mais profunda no ordenamento da vida coletiva. Esta crise interna do Estado conduz a uma ditadura militar, em 1926, que depressa ganha o apoio dos setores conservadores.

Portugal no início dos anos 30 constituía uma sociedade periférica, dependente, com peso predominante da agricultura. Os efeitos quase sucessivos das crises de 1921, da valorização do escudo, moeda nacional, em 1924, e a Grande Depressão de 1929 tinham afetado gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas. Para a oligarquia tradicional, e mesmo para importantes setores das classes médias, o velho Estado republicano-liberal, controlado, sem possibilidade real de alternativa, pelo Partido Republicano Português, tornara-se sinônimo de “demagogia” e de “desordem”, isto é, de instabilidade política e social, de “escândalos”, de incapacidade geral de fazer face à crise. O dia 28 de Maio de 1926 iniciou um longo e complexo processo de superação do Estado liberal. Longo e complexo não só pelas resistências “externas” à ditadura por parte das forças republicanas e democráticas, mas, também, porque a revolta social e política que suporta o novo regime são distintas e contraditórias, as estratégias econômicas de

responder à crise e as formas de conceber o Estado capaz de manter uma aplicabilidade, confundem-se, atrapalham-se. Portanto, tudo se prestava à emergência de uma autoridade que interpretasse objetivamente o interesse do conjunto sobre cada um dos seus setores debilitados e desavindos, aplicando-o com a força resultante da autonomia arbitral desse estado burguês no qual Portugal estava inserido e, com a conjuntura de crises internacionais e mesmo no próprio país, a saída para um governo autoritário mostrou-se mais forte e com apoio de importantes setores desta sociedade.

Em 1932, António Oliveira Salazar entra em cena como o chefe de Estado com o partido chamado de “União Nacional”, dando início ao período denominado *salazarista*, que se estende até 1968, quando este é afastado do partido por um acidente que sofrera, sendo substituído por Marcello Caetano, no mesmo ano. No essencial, o salazarismo revelar-se-ia como um duplo pragmatismo, agindo no quadro das classes dominantes e das forças politicamente conservadoras. Um pragmatismo econômico e social, decidindo autoritariamente e em nome do “interesse nacional”, com o objetivo claro de derrubar ideais como o liberalismo, a socialdemocracia dos anos 1940 e o parlamentarismo anteriormente presente no país.

O Estado Novo mantinha sua própria polícia, denominada de PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), que viria a transforma-se mais tarde na DGS (Direção Geral de Segurança) que também mantinha suas bases e atividades nas colônias africanas.

Consta-se que em meados da década de 1950, Portugal apresentava algo em torno de 50% da população envolvida nas atividades dos setores de agricultura, pesca e florestamento, contando muito pouco com a economia industrial⁴. Além disso, mesmo a atividade primária tomando maior parte da mão de obra, os materiais e tecnologias para o mesmo ainda eram precários, sem contar a dificuldade no cultivo de alimentos da base alimentar, como cereais, causando a necessidade constante de importação de tais alimentos (ANDERSON, 2006, p. 5). Em 1970, “[...] a produção de trigo não chegou à metade da média europeia; a de centeio foi três vezes menor, e a de cevada, quatro vezes menor” (MAXWELL, 2006, p. 43). Com a política de exportar matéria prima e importar produtos manufaturados (exceto o algodão na indústria têxtil), Portugal encontrava-se em completo oposto à política industrial e fora da dinamização imposta pela política imperialista que dominava os mercados no pós-guerra (ANDERSON, 2006, p. 7).

⁴ Instituto Nacional de Estatística. **As edições do anuário estatístico de Portugal, 1875-2008**. Lisboa, 2010.

A distribuição da produção agrícola em Portugal na década de 1950, e que assim se estende até a década de 70, encontrava-se dividida entre sul e norte do país: no sul a dominação dos grandes latifúndios e criação de gado, visando exportação e lucro, enquanto no norte, a produção rural estava dividida entre os camponeses em pequenas porções de terras sem o incentivo governamental para o aumento de produção ou investimento em maquinários para produção em larga escala. O reflexo do sistema rural não dinamizado, centralizado e de pequena produção, era, substancialmente o desemprego e o déficit na produção de cereais para o consumo interno (ANDERSON, 2006, p. 9), além da baixa existência industrial no país, fazendo com que a mão de obra jovem cedesse à emigração. Esta se tornara, portanto, a saída para muitos portugueses.

Dois importantes fatores são observáveis como incentivo de emigração para países como França, Alemanha e Inglaterra neste período: os baixos salários em Portugal, tendo como contrapartida ordenados maiores nestes países, bem como a fuga da guerra colonial, a partir de 1961. Segundo Maxwell (2006, p. 44), “[...] novecentos mil portugueses emigraram entre 1960 e 1971, a maioria na faixa de dezoito e 35 anos. Isso representava 180 emigrantes a cada mil habitantes no norte de Portugal e 185 a cada mil na região do Algarve”. Tendo em vista que duas em cada três pessoas que emigravam, eram trabalhadores do campo, a produção e a força da mão de obra agrícola declinaram perceptivelmente (MAXWELL, 2006, p. 45). A corrida pela industrialização e urbanização do país cria vigor a partir da década de 50, desdobrando as atas reivindicativas de acordo com os novos problemas enfrentados.

Em paralelo, a quebra na produção agrícola é enorme, transferindo para as cidades e para as indústrias pessoas ainda acostumadas na cultura rural, com pouca ou nenhuma experiência no modo de produção industrial. Em contrapartida, o comércio aumenta, os transportes modificam-se e ocorre um aumento significativo no quadro de empregados do funcionalismo público, mostrando “um país em profunda mudança, mais desenvolvido, mais urbano e mais moderno” (MAXWELL, 2006, p. 22). Ao mesmo tempo, esse “desenvolvimento” relativo não supriu as condições de vida básicas para estes trabalhadores urbanos, criando verdadeiras “cidades de lata” nas periferias industriais, baseadas em salários que visavam cumprir apenas a reprodução biológica de seus trabalhadores. A inversão de valor dentro da sociedade, do rural para o urbano, mexerá em todas as estruturas sociais e econômicas em Portugal, uma vez que a dinâmica familiar e valorativa volta-se para outros objetos, com distintos interesses e atributos quando da mudança para a rotina urbana.

Ainda na década de 60, para efeitos econômicos e diplomáticos, o país viria a sofrer com crises inflacionárias, com baixa natalidade, a emigração de mão de obra e com os altos gastos com o exército, tendo um aumento na inflação de 10% entre 1960 e 1973 (SOUZA, 1995, p. 667). Ainda assim, para Rocha (1977, p. 595), a década de 60, “[...]” foi um período de crescimento econômico rápido e de importantes alterações na estrutura produtiva, com importância crescente da indústria em relação à agricultura e dos ramos industriais modernos em relação aos ramos tradicionais e à indústria ligeira”. Esse crescimento citado pelo autor estaria enraizado, sobretudo, nas colônias como fonte de matéria prima com preços baixos devido à mão de obra barata e muitas vezes, trabalho forçado, além dos privilégios mercantis e dos “recursos financeiros e de divisas” (ROCHA, 1977, p. 598). O país estaria, portanto, pautado na economia colonial, defasado nas condições sociais e ainda carente de meios de produção e industrialização que rendessem certo grau de autonomia interna.

No que tange as políticas ultramarinas, Portugal iniciou a partir da década de 1940 uma maior articulação no campo da política internacional, visando a expansão econômica do país e busca de apoio para o desenvolvimento de sua economia, sem, entretanto, visar planos sociais nas colônias ultramarinas, o que viria a ocorrer somente com o Primeiro Plano de Fomento (1953-1958) e com o Segundo Plano de Fomento (1959-1964), ainda que no campo teórico, sem ocorrer práticas que limitassem os problemas enfrentados.

A exploração e desenvolvimento da indústria, juntamente à inserção do país no cenário da política externa ocidental, também pode ser entendida e caracterizada através do momento político do imperialismo. A implementação do sistema imperialista foi autorizada, comportando a exploração da mão de obra das massas e a facilidade de explorar outros países, como em Portugal com a exploração de suas colônias africanas. O momento histórico destes países colabora com a exploração da metrópole imperialista, como a repressão dos direitos dos trabalhadores, favorecendo a produção de suas indústrias, como a proibição de greve, proibição de organização operária, o que viria a refletir na situação econômica e nas tensões sociais existentes (POULANTZAS, 1976, p. 22).

Mesmo após o início da guerra colonial em Angola, deflagrada em 1961 “[...]” ao contrário do que acontecia no fórum das Nações Unidas, a política colonial portuguesa nunca foi alvo de ataques dos aliados no seio da Aliança. A NATO funcionava como um refúgio dos ataques internacionais” (SANTOS, 2008, p. 21). A situação do país frente à Organização e a ONU irá alterar-se ao longo da década de 60, com a problematização das colônias portuguesas.

O contributo na reestruturação militar portuguesa através das negociações na base dos Açores com os Estados Unidos sob o Pacto Atlântico trará importantes desdobramentos no cenário interno e externo do país. As Forças Armadas iniciarão um processo de inserção no mundo ocidental, em mudanças e organização militar, visualizados e experimentados fora da estratégia do Estado Novo. O historiador António Telo (1999, p. 131) tratará a década de 50 e as consequências do Acordo como “revolução serena”, onde os agentes da Revolução de 1974 começarão sua trajetória de desmembramento e mudanças dentro do corpo do Exército, incentivada pelo novo enquadramento do país no processo ocidental de tecnologias e ideais democráticos políticos.

O ano de 1961 representará para Portugal o início do fim de seu Império no Ultramar, indo a desencontro da posição da OTAN e da ONU no que tange a descolonização. Portugal optará pelo reforço em suas colônias e a militarização reforçada nos anos que se seguirão.

Este ano marcaria substancialmente o sistema ultramarino do Estado Novo, com o início da Guerra colonial em Angola. Portugal não adotará o processo de descolonização no mesmo período que Grã-Bretanha, Bélgica e França, adiando até quando pôde colocar-se em conflito nas colônias. O princípio de autodeterminação proposto em 1945 na Carta das Nações Unidas no artigo 73 declara que os membros da ONU que ainda possuíssem ou assumissem responsabilidade frente a uma colônia ainda não completamente independente, deveriam assumir esta ação como uma obrigação. Portugal, que viria a integrar a ONU apenas em 1955, não se enquadrava nas obrigações impostas pela Organização e passa a estreitar seus laços de exploração com suas colônias. Cabe ressaltar que a relação colonial de Portugal era bastante complexa.

Como destacamos anteriormente, um conjunto de fatores caracterizarão uma via de mudança no país. Nas colônias, a guerra de guerrilha será fator determinante para uma tomada de decisões pelos médios escalões do Exército de forma a colocar fim ao conflito e ao regime da metrópole. Em contrapartida, a intensa movimentação popular contra o regime, seja no setor operário como de estudantes e nos quartéis possibilitarão que mudanças sejam realizadas e uma abertura seja criada.

“Semeando Ventos o Governo Colherá Tempestades!”: O 25 de Abril de 1974

Defendemos aqui, em contrário a pesquisas que consideram a Revolução portuguesa como uma *transição*, portanto, que este movimento caracteriza-se por uma Revolução e não

um momento transitório para um novo sistema político. Ao defender-se que não houve uma ruptura, mas sim uma continuidade no decorrer sistemático das sociedades do século XX, descartam e menosprezam a participação ativa de uma população saturada e sedenta de mudanças, desestabilizam e desincentivam a utopia para uma nova sociedade. O que assistimos ao longo das décadas seguintes à Revolução é uma tentativa desenfreada por governantes neoliberais de promover a desestabilização da memória sobre o 25 de Abril como uma Revolução, na busca por uma justificação normalizadora do sistema capitalista que desde então corrói a política, a economia e a sociedade portuguesa.

Sob o tom primaveril avermelhado do céu de Lisboa, as ruas foram tomadas não apenas pela presença militar, mas sim com o povo nos espaços públicos, apoiando o fim da tão extensa ditadura: uma página a ser virada na história de Portugal. Do mesmo tom vermelho, provinham os cravos que mulheres floristas acabavam por presentear na ponta das espingardas os soldados revolucionários. Essa é a imagem retratada da então posteriormente conhecida Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974 no debilitado cenário português ditatorial. O quadro descrito acima ainda exhibe em suas pinceladas, nuances poéticas na forma de convocar o ato revolucionário: sob a música *Grândola, Vila Morena* de Zeca Afonso os militares tinham o sinal de que tudo estava pronto para a tomada: “*o povo é quem mais ordena!*”. A senha para o golpe seria então reproduzida na Rádio Renascença ao longo do programa da madrugada *Limite*, à voz do locutor José Vasconcelos. Segundo Maxwell (2006, p. 89), a dica teria sido dada no dia anterior no jornal editado pelo socialista Raul Rêgo, *Republica*; em um comentário anônimo na seção de crítica da programação, teria sido publicado o seguinte recado: “[...] A qualidade dos apontamentos transmitidos e o rigor da seleção musical fazem do *Limite* um tempo radiofónico de audição obrigatória” (MAXWELL, 2006, p. 89).

Cabe um adendo sobre o 25 de Abril ser conhecido e chamado como uma revolução sem sangue, pacífica e ordeira. Além de 5 mortos na própria metrópole no calor das intervenções militares, estima-se que mais de 130 mil pessoas morreram durante os treze anos das guerras de guerrilha em África. Mortes para os dois lados, essa disputa foi duramente marcada por assassinatos civis, uso de Napalm entre outras especificidades de uma guerrilha. Não se pode dizer que tenha sido uma revolução livre de mortes.

Após o prelúdio do golpe nos rádios, o “processo revolucionário” toma conta das ruas: “Eclodiu um Movimento Militar: através do Rádio Clube Português o comando do Movimento das Forças Armadas tem divulgado o seu objectivo: A substituição do actual

regime”⁵. Iniciado com um golpe militar para a derrubada de um regime autoritário que durava longos 48 anos, a Revolução apresenta sua face a partir da aderência do povo – povo em sua plena essência: mulheres, operários, estudantes; pessoas de todas as naturezas aparecem para acompanhar o momento histórico, inclusive as que lutaram ativamente nos anos anteriores à queda do regime. O Movimento das Forças Armadas ocuparia a RTP e a RCP em Lisboa e na cidade do Porto, para a emissão dos comunicados que seriam divulgados ao longo do dia⁶. Em um anúncio realizado no dia 25 de Abril, o MFA aponta que, frente à incapacidade do “[...] sistema político vigente não conseguir definir concreta e objectivamente uma política ultramarina que conduza à Paz entre os Portugueses de todas as raças e credos”⁷, o Movimento tem, portanto, como dever

[...] a defesa do País como tal se entendendo também a liberdade cívica dos seus cidadãos, o Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e da restituição ao Povo Português das liberdades cívicas de que tem sido privado⁸.

Ainda no mesmo documento, o Movimento afirma a entrega do Governo a uma Junta de Salvação Nacional em contrapartida de um compromisso em manter a população informada e estabelecer eleições gerais para Assembleia Nacional Constituinte, permitindo ao “[...] País escolher livremente a sua forma de vida social e política”⁹.

A população curiosa, sorridente, com sede de mudanças e na ânsia por acompanhar os eventos, descumprem os pedidos do MFA para que se mantenham em casa. Por volta das 4 horas da manhã, no Posto de Comando do MFA, através do Rádio Clube Português, “[...] apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma”¹⁰. Busca-se a tomada do Governo

⁵ **Diário de Notícias**, 2ª Tiragem, 25 de abril de 1974, primeira página.

⁶ “É o seguinte o texto de uma mensagem do capitão Bento na TV, para o Major Campos Moura no comando das operações: ‘O MFA tem ocupado os estúdios da R.T.P. Lisboa e Porto embora no Centro Emissor de Monsanto se registre interferência provocada por forças de reacção. A todo o momento serão dominadas. Logo de seguida a R.T.P. entrara ao serviço do MFA e do País noticiando os comunicados’”. **Diário de Lisboa**, 25 de Abril de 1974, p.2.

⁷ **As Razões do Movimento**. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfaz>, consultado em 26 de outubro de 2015.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

¹⁰ **Os Comunicados do 25 de Abril**. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa1>, consultado em 26 de outubro de 2015.

pacificamente¹¹, onde veremos diversos feridos ao longo dos dias 25 e 26¹², mas nenhuma morte. “Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessariamente, mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar”¹³. O apelo contra qualquer manifestação de oposição ao Movimento também se faz presente, em vias de pacificação do ato. Novamente às 4:45, 5:00 e às 7:30, indicam que, “consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora e pede à população que se mantenha calma e que se recolha às suas residências. Viva Portugal!”¹⁴, ou, ainda, às 10:30 “O posto de Comando do Movimento das Forças Armadas constata que a população civil não está a respeitar o apelo já efectuado várias vezes para que se mantenha em casa”¹⁵. Às 11:45, 13:00, 15:00, 17:30, 18:20 novos comunicados serão feitos pedindo que as pessoas retornem às suas casas e informando as tomadas que o movimento realizou até então. Novamente às 19:50 um novo comunicado “agradece a toda a população o civismo e colaboração demonstrados de maneira inequívoca desde o início dos acontecimentos, prova evidente de que ele era o intérprete do pensamento e dos anseios nacionais”¹⁶. O último comunicado do dia será feito às 21 horas, onde “torna-se indispensável que a população continue a manifestar a sua compreensão e civismo. E a melhor forma de o fazer no momento é manter-se a calmamente nas suas residências”¹⁷. A força deste dia pode ser observada na fala de um diálogo entre as “forças adversas”, leia-se a Guarda Nacional da Republica, quando perguntado se é possível “dar cabo da ação”, lhe é respondido: “Não vejo possibilidade porque está tudo atravancado e aqui há muita população metida no meio, que não nos hostiliza porque julga que estamos do outro lado” e prossegue apontando que “de forma que não vejo bem que os meios aéreos possam limpar aquilo. Não acredito que tenha qualquer possibilidade de fazer qualquer acção ali”¹⁸.

Ao apontarmos as características e acontecimentos da Revolução dos Cravos, colocamo-nos no exercício teórico indicado por Trotsky (1977, p. 15), onde “a história de

¹¹ Não entraremos aqui no mérito da Guerra em África que, tendo feito grande influência para o desfecho do 25 de Abril, tem marcada na sua história uma lista longa de massacres e mortes em combates. Neste ponto, a propulsão de mudanças estabelecida na década de 60 e 70 foram sim violentas.

¹² Cita-se os cidadãos: Maria Emília Marques de 32 anos e Carlos Alberto Carvalho Parreira de 35 anos com graves ferimentos. Maria Fernanda de Jesus, 18; Fernando José Venâncio Pereira de 15; Arnaldo José Marques de 16 anos; José Morgado Rodrigues, 21 anos e Joaquim da Silva Guerra, 20 anos.

¹³ **Os Comunicados do 25 de Abril**. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa1>, consultado em 26 de outubro de 2015.

¹⁴ **Os Comunicados do 25 de Abril**. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa1>, consultado em 26 de outubro de 2015.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ **República**. 25 de Abril de 1974, ano 62, n. 15421, p. 4.

uma revolução, como toda a História, deve antes de tudo relatar os fatos que se passaram e como se passaram. Isto, porém não basta. Segundo a própria narrativa, é necessário que se veja claramente por que os fatos aconteceram desta e não de outra forma”. Ao colocarmos em perspectiva os diferentes ângulos das ruas no 25 de Abril, temos um conglomerado de personagens e de diferentes reivindicações mas que, em geral, colidiam em uma mesma entonação: “Todos queriam assistir ao fim do fascismo!”¹⁹.

O “cerco do Carmo” tornar-se-ia um marco da Revolução (VARELA, 2014, p. 33-37). O trajeto por onde faziam as tropas na tomada dos pontos nevrálgicos da cidade, referentes ao regime que ruía, as tropas do MFA conduziam-se em direção ao Quartel do Carmo; “[...] era já uma enorme multidão seguindo a bandeira nacional, jovens, muitos jovens seguiam-na cantando em coro ‘Liberdade, Liberdade, Liberdade’”²⁰. Após o ataque ao Quartel, os sitiados são avisados de que serão tratados como prisioneiros de guerra, caso se rendem e, caso não, rajadas de metralhadora serão disparadas e, mesmo com os pedidos de retirada da população, a mesma “não arredara pé”²¹. O aeroporto da Portela de Sacavém em Lisboa e o Aeroporto Pedras Rubras no Porto – os dois mais importantes do país - são fechados tanto para pouso como para decolagem²². O Terreiro do Paço, Belém, Campolide e São Sebastião também são pontos estratégicos tomados pelo exército. A aderência da “polícia militar” representada pela força dos Lanceiros 2 ocorre às 16:07, momentos antes da rendição de Marcelo Caetano, que se dará por volta das 17 horas, em pedido que a entrega do poder fosse diretamente à um representante, sendo então o General Spínola destinado a tal função, aclamado por uma multidão que sinaliza com urros de “Vitória, vitória, vitória”. Mesmo após o cerco de proteção formado por Salgueiro Maia ao apontar que “se não for possível assegurar a segurança do general Spínola não se realizará a cerimónia de tomada de poder”²³, o mesmo se rompe com a multidão. O Quartel do Carmo da GNR no Porto também é tomado, seguido da ocupação da Rádio Clube Português na cidade.

Os jornais da capital lançam mão de diversas tiragens ao longo do dia para tentar dar conta das ocorrências. O *República* destaca em suas capas: “Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura”. Os dias 25 e 26 transcorrem sem objetivos claros, sem perspectivas definidas, visto em especulações como “os generais Spínola e Costa Gomes

¹⁹ *Diário de Lisboa*, 26 de Abril de 1974, p.6.

²⁰ *Diário de Lisboa*. 25 de Abril de 1974, p. 3.

²¹ *Diário de Lisboa*. 25 de Abril de 1974, p. 3.

²² *Diário de Notícias*. 25 de Abril de 1974, ano 110, n. 38838. Segunda Tiragem, capa.

²³ *Diário de Lisboa*, 25 de Abril de 1974, p. 3.

devem vir a formar uma junta militar”²⁴, porém, ainda nada é definitivo. A revolução toma seus primeiros passos rumo ao desconhecido, onde, por hora, o que une todas as forças é a vontade de colocar um ponto final à ditadura.

O programa do MFA publicado logo no dia 25, desenhado pelo major Melo Antunes apontava duas direções: as medidas imediatas e as de curto prazo. Nas medidas imediatas propunha-se o exercício do poder político através de uma Junta de Salvação Nacional cuja escolha do Presidente e Vice seriam feitas pela própria Junta, até que se formasse um Governo Provisório constituído por civis. Apontamos as medidas consideradas mais importantes pela Junta na proposta da destituição dos governadores civis que até então encontravam-se em exercício; substituição dos Governadores-Gerais no ultramar; extinção da polícia secreta e da Legião Portuguesa; anistia de todos os presos políticos; abolição da censura e exame prévio; reorganização das forças armadas e militarizadas e medidas que combatam a corrupção no país. Já as “medidas de curto prazo” pela Junta centravam-se no prazo de no máximo três semanas escolher um Presidente da República; mesmo durante o Governo Provisório, manter-se-á a Junta de Salvação; o período excepcional terminará tão logo eleja-se o Presidente e os membros da Assembleia Legislativa para a formulação de uma nova Constituição; medidas que visem a “independência do Poder Judicial”; a extinção de tribunais especiais; promoverá uma nova política econômica que deve ser fundamentada para dar conta “em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas”, lutando por abaixar a inflação e o custo de vida, implicando em medidas “antimonopolistas”; a questão colonial como um problema político e não militar, promovendo um “debate franco e aberto” sobre o problema ultramarino. Por fim, declaram que “logo que eleitos pela Nação a Assembleia Legislativa e o novo Presidente da Republica, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das forças armadas será restringida à sua missão específica de defesa da soberania nacional”.²⁵

O programa possuía em si medidas que buscava abranger os mais diversos níveis sociais, ou como caracterizou Maxwell (2006, p. 88), um programa “ambíguo”. O autor aponta que Spínola considerou o programa agressivo, sobretudo no que tangia as ações em África, tendo sido cortada a mando do general uma seção do Programa que garantia o direito à “autodeterminação” bem como a utilização do termo “fascista” ao relatar o regime deposto e considerar o golpe como “democrático” (MAXWELL, 2006, p. 88). Ao longo de

²⁴ República. 25 de Abril de 1974, ano 62, n. 15421, capa.

²⁵ Programa do Movimento das Forças Armadas. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estruto7> Consultado em 26 de outubro de 2015.

VI Governos Provisórios, o programa veria suas facetas diminuídas nas mãos da política dominante. Os caminhos a serem trilhados tornam-se mais estreitos.

Para Varela (2012a, p. 75), Portugal tornou-se um país mais justo, mais igual e mais culto a partir da Revolução de 74, sendo resultado desta Revolução o maior processo de mudança nas relações sociais que o país visitou na contemporaneidade. Argumenta que o Pacto Social em Portugal – a transfiguração de parte do dinheiro arrecadado do trabalhador pelo Estado devolvido (leia-se devolvido e não dado) em salário social, ou seja, sob a maneira de serviços e bens públicos de forma gratuita ou próxima a isso - nasceu em 1975 e se concretiza na década de 1980, sendo resultado de uma permissão da burguesia tendo em vista a estabilização da contrarrevolução democrática ocorrida em 25 de Novembro de 1975, como reação à revolução dos Cravos, em diálogo com a radicalidade instaurada neste processo. Este movimento deu-se a partir da pressão do movimento operário e sindical pelo país desenvolvendo um temor das elites portuguesas sobre estes movimentos sociais.

Marcadamente uma revolução, ou mesmo um processo revolucionário, o 25 de Abril ficará marcado por sua intensidade e por processos rápidos que seguirão nos dias posteriores. A tomada das ruas pelo povo é marcante e emblemática. Uma frase escrita no muro do Instituto Superior Técnico de Lisboa ainda em abril previa um futuro tão certo como as folhas caírem no outono... “Revolução das Rosas: pétalas para a burguesia, espinhos para o povo” (MAXWELL, 2006, p. 92). O improvável se torna inevitável.

Breve panorama revolucionário

O Primeiro Governo Provisório toma posse em 16 de maio de 1974 - antecedido pela Junta de Salvação Nacional que será criada logo em Abril-, tendo como primeiro-ministro o advogado Adelino da Palma Carlos e, como presidente interino, António de Spínola. Este governo sofreria pressões de contraposição ao Programa da MFA em vias de fortalecimento da presença de Spínola como presidente até finais de 1976, o que seria amplamente rejeitado pelo Conselho de Estado, vindo Palma Carlos a pedir sua demissão em 9 de julho de 1974. Este governo contará com dois membros do PCP, sendo Álvaro Cunhal como ministro sem pasta, presidente do partido desde a década de 40 e Avelino Gonçalves como ministro do trabalho. O Segundo governo toma posse em 18 de julho tendo como primeiro-ministro Vasco Gonçalves, apoiado pela ala do Movimento das Forças Armadas, mas, entretanto, mantêm-se no poder apenas até 30 de setembro de 1974. Novamente mantêm-se como ministro sem pasta, Álvaro Cunhal, ficando neste cargo até o

IV governo e, nesta composição, também encontraremos uma mulher, Maria de Lourdes Pintasilgo como ministra dos Assuntos Sociais que se manterá nesta função até o III governo provisório, mantendo uma importante e intensa luta pelos direitos das mulheres nas décadas seguintes.

O Terceiro Governo toma posse em 01 de outubro de 1974, tendo Vasco Gonçalves como primeiro-ministro e terá como principal característica o plano das nacionalizações, fortemente influenciado pelas pressões sociais que irrompem o país. O controle operário sobre as ocupações de fábricas e diversas greves imperam também neste momento, tendo o 11 de março data significativa no derrube deste Governo. Neste período, também será extinta a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado, sendo substituídos pelo Conselho da Revolução.

Em 26 de março de 1975, tomará posse o IV Governo, ainda tendo Vasco Gonçalves como primeiro-ministro, a composição do corpo ministerial terá significativas mudanças e ainda contará com um novo membro do PCP, Álvaro Veiga de Oliveira como ministro dos Transportes e Comunicações que, após o contragolpe de Novembro de 1975, ainda comporá o VI e último governo como ministro do Equipamento e Social e também das Obras Públicas. Este período será influenciado pelas intensas manifestações populares que exercerão fundamental papel na queda deste governo, período conhecido como “verão quente”. O IV Governo irá se manter até a data de 8 de agosto. O mês seguinte contará com um intenso contra movimento que ficara conhecido como “maioria silenciosa”, designada em apoio ao general Spínola e contra o MFA, movimento este que será repreendido contando com a demissão forçada do então presidente interino, sendo substituído por Costa Gomes.

Iniciando um novo ciclo do Processo Revolucionário em Curso (PREC), o V Governo Provisório terá seu fim em 19 de setembro de 1975 e também fechando o ciclo de governo de Vasco Gonçalves. O VI e último Governo, que será chefiado por Pinheiro de Azevedo presenciará a contrarrevolução de 25 de Novembro, período que abrirá portas para o I Governo Constitucional, que tomará posse em 23 de julho de 1976 com o Presidente da República António Ramalho Eanes. No VI governo, antes do golpe contrarrevolucionário de novembro de 1975, encontraremos uma tentativa de abertura para com os movimentos operários em um documento secreto intitulado: “Reconhecimento do Direito ao Controle Organizado da Produção pelos Trabalhadores em todos os ramos da Actividade da Economia Nacional”, anexo à ata da Reunião do Conselho da Revolução em 31 de outubro

deste ano²⁶. Em meios de se reconhecer o direito ao “controle organizado da produção pelos trabalhadores em todos os ramos de actividade da economia nacional”, o documento irá defender que tal procedimento constata-se pela

1. A construção da sociedade socialista depende de modo significativo da implantação e execução de um plano de transição da economia para o socialismo. Importa, pois, sublinhar que a luta dos trabalhadores não se pode quedar em posições meramente economicistas, nem ser desencadeada à margem das estruturas representativas da classe em nome e no interesse da qual se tem de fazer a Revolução.

Admitir a separação entre luta política e económica é fomentar actuações puramente reivindicativas e divisionistas, levando os trabalhadores com menos consciência de classe a lutar, simplesmente, por melhores condições de trabalho e de vida nos parâmetros de uma economia capitalista que, entretanto, se procuraria adaptar e reconverter.

2. Sem descer a pormenores de organização e funções, o presente diploma tem por objectivo criar as condições para a crescente participação organizada dos trabalhadores na batalha da economia, contra a sabotagem, pela melhoria quantitativa e qualitativa da produção que permitirá caminhar na via socialista a que o povo e as Forças Armadas se propuseram.

3. Considerando a urgente necessidade de reconhecer o direito ao controle organizado da produção pelos trabalhadores, como passo decisivo na consolidação e avanço do processo revolucionário;

Considerando o reconhecimento pelo MFA das estruturas unitárias de base como formas organizativas que permitem a concretização progressiva do poder popular;

Constatando que o direito ao controle da produção pelos trabalhadores só poderá ser exercido em termos consequentes através das suas estruturas unitárias e representativas.

Podemos compreender este período de instabilidade pelas pressões exercidas nos mais diferentes meios sociais e institucionais, sem esquecermos também das forças internacionais que imperavam neste momento de instabilidade. No sentido de defesa da força social exercida em Portugal, acompanha-se “a incapacidade de haver acordos institucionais prende-se com a impossibilidade de conjugação de projetos políticos, impossibilitados de realizarem-se pela dinâmica do movimento social, e não o seu inverso” (VARELA, 2014, p. 212). Como o exemplo dado, as forças sociais influenciaram a dinâmica do processo político, social e económico do país, onde a estrutura “socializante” do período revolucionário irá romper-se com as mobilidades pós 25 de Novembro.

O período compreendido pela Revolução portuguesa contará com diversas conquistas sociais, conquistas essas impulsionadas pelos próprios grupos e movimentos mobilizados pela direção socializante por que representava aquele período. Entre elas, destaca-se a

²⁶ Conselho da Revolução: Documentação Económica e Social; Junta de Salvação Nacional, Caixa 1, Arquivo Torre do Tombo.

[...] previdência, assistência na maternidade, doença e invalidez. É neste período que os trabalhadores conseguem o subsídio de desemprego, generalização do direito à reforma e à segurança social; acesso generalizado a cuidados de saúde; direito ao divórcio civil para casamentos católicos; habitação social, controle do preço das rendas e de bens alimentares essenciais; nacionalização da banca e das seguradoras nacionais, reforma agrária, democratização da gestão do ensino secundário e superior. É ainda neste período, é preciso recordá-lo, que um dos mais básicos direitos é conquistado: o direito à autodeterminação dos povos de África colonizados por Portugal. Entre julho de 1974 e novembro de 1975 é oficialmente reconhecida a independência da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola (VARELA, 2014, p. 213).

As principais conquistas advindas do período da Revolução dos Cravos podem também serem entendidas a partir do processo que se inicia na dinâmica da guerra colonial e em distenções no corpo do Exército; crise econômica do capitalismo no ano de 1973; forte movimento operário; concentração jovem do movimento operário em órgãos não organizados devido ao Estado Novo, sendo considerado uma via de possibilidade para a radicalização no período revolucionário, pois “a ausência destas organizações na maioria das fábricas e empresas do País determinou a abertura espontânea do espaço para surgirem as comissões de trabalhadores” (VARELA, 2014, p. 213). Medidas conquistadas ao longo do período revolucionário tratam-se de tarefas de caráter reformista/reformadora em seu âmbito de viradas contra uma burguesia instalada, como nacionalizações, aumentos de salários, melhorias laborais, reforma agrária, através de ações próprias do movimento operário, como as greves e suas variáveis além das ocupações de terras e das próprias fábricas.

Para além dos marcos datais das mudanças institucionais sobre as ondulações nos governos provisórios, pincelados acima, Valério Arcary (2004) propõe uma periodização a qual concordamos e apresentamos:

1) Entre abril e setembro de 1974 é um período fortemente marcado por lutas sociais nas colônias e em Portugal, através de greves, paralisações das tropas nas colônias e em fábricas, levando à queda do General Spínola e a um reforço dos movimentos reivindicativos, destacados por liberdades democráticas e fortalecimento das greves como canal de asseguramento contra despedimentos e contra direitos dos trabalhadores.

2) De setembro de 74 a fevereiro de 1975 o período se torna marcado pelas fortes pressões contra os despedimentos e a proliferação das ocupações de fábricas, pertencendo as comissões de trabalhadores a um poder paralelo ao do Estado, onde o mesmo vê-se na necessidade de mobilizar meios de manter a produção, desembocando uma forte crise econômica.

3) Nos meses de fevereiro a setembro de 1975, inicia-se uma maior concentração do controle operário. O PS irá buscar legitimar-se através da Constituinte neste espaço através das eleições para sindicatos, autarquias, através da autogestão. O processo de militarização dos movimentos sociais através da junção “povo-MFA” será fortemente apoiada pelo PCP. Ocorre uma intensa manobra na tentativa de domínio para o fim do controle operário, este fortalecendo-se pela criação de estruturas coordenativas ao longo do país (CRTSM, Comitê de Luta de Setúbal, Coordenadora das CTs da Metalomecânica, Coordenadora das Comissões de Trabalhadores).

4) Setembro a novembro de 1975 será o período conhecido como o de “crise político-militar”, onde ocorrerá a recusa do Estado e da burguesia dominante em aceitar as expropriações iniciadas pela classe trabalhadora. Momento em que o Estado não consegue manter-se, ocorre um movimento de maior dualidade de poderes. Não há centralização de poderes na mobilização geral da sociedade, enfraquecendo as estruturas resistentes e reivindicativas. Revolução derrotada. Golpe contrarrevolucionário em 25 de novembro de 1975 contém em si um desfecho democrático-liberal, pautado na restauração de instituições em um Estado de direito e das forças armadas bem como eleições livres, direitos e liberdades assistidas, teoria esta defendida pelo historiador Valério Arcary como “reação democrática”. A ruptura do processo revolucionário cooptado pelo 25 de novembro caracterizará, portanto, em um processo de modernização liberal capitalista, e não uma continuidade do que se iniciou no 25 de Abril de 1974 com um projeto que propõe uma sociedade pautada em uma democracia socialista e em busca pelas bases sociais. Na tomada de posse do I Governo, os objetivos serão expostos e, como bem se destaca, “uma revolução faz-se num dia, uma alteração das estruturas sociais é obra que exige longo estudo e longa ponderação”²⁷.

O pacto social que se concretizará, sobretudo no período entre 1975 a 1986 trará como características pautas em ganhos significativos para os trabalhadores através de uma via de mão dupla em interesses das classes “dominantes e das subalternas” (VARELA, 2014, p. 221), onde deve haver uma cedência da primeira e abdicção de conflitos da segunda para que haja alguma conquista de direitos ou, ao menos, um acordo de não retrocesso destes mesmos direitos. Após o golpe de novembro de 1975, ocorrerá um sistemático processo de institucionalização de direitos, mesmo que ocorra um “reco face à situação de facto do biênio 1974-1975” (VARELA, 2014, p. 221). Como destacamos anteriormente, os

²⁷ Posse do I Governo Provisório. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa7>. Consultado em 26/10/2015, p. 01.

organismos sociais exercerão um processo de impulso nas conquistas individuais e coletivas, sem diminuir o ritmo dos conflitos sociais após a Constituição de 1976, fato que se expressa em elevados números de greves e manifestações públicas.

Revolução, revoluções ou transição?

Tal qual uma gota d'água ricocheteando numa superfície e, depois, tornando-se plana e calma novamente, é a sociedade humana nas mais diversas facetas visitadas ao longo de nossa existência. Sob cismas que provocam mudanças, desencadeia processos, existimos num ciclo que suscita prospecções. Uma revolução não é diferente. A partir de processos uma revolução distingue suas características, partindo de mudanças de estrutura dentro de determinada sociedade, alterando ou impondo novas correlações de forças. Uma revolução, portanto, não deve ser compreendida segundo seu destino ou seu resultado: ela é um processo que pode ou não terminar vitorioso. Em Portugal, a Revolução tem seu início após o golpe militar premeditado pelo MFA; a partir do momento em que o sistema cai, desestabiliza-se, novas medidas são tomadas, a população civil reivindica seus direitos através de diferentes meios, o regime político é tomado por novas direções: temos um processo revolucionário em curso.

Particularmente, em Portugal, existirá uma dualidade de poderes onde o Estado toma suas medidas e direções políticas enquanto o reflexo na sociedade civil e suas manifestações apontam para outra direção. Entendemos aqui, portanto, que uma revolução não necessariamente depende da tomada do aparelho de Estado, podendo apossar-se e dirigir-se a partir das medidas do regime político impostas, geralmente traduzidas a partir de crises dentro de uma determinada sociedade e da movimentação e capacidade das massas de imporem-se (VARELA, 2015, p. 17). Um poder deve ser dissociado do outro.

Ao problematizar o emprego do termo “revolução”, José Medeiros Ferreira (2009, p. 9) demonstra a incapacidade ou a fraqueza da História em manter seus termos teóricos frente à incorporação do estudo da história em outros campos, como a Economia e as Ciências Sociais; ao tratar o 25 de Abril como Revolução, irá, posteriormente e justificadamente, chamá-la de “revolução imperfeita”, em vias que “destinava-se a cobrir a falta de perspectiva temporal, mas também indicava um movimento incompleto”. Ainda neste sentido, julgava que ao utilizar este novo termo, “ficar[ia] ao abrigo de qualquer mudança, que se venha a verificar, na natureza da revolução implicando novas interpretações”.

Por uma concepção metodológica e da análise contundente sobre o tema adotamos, o 25 de Abril como um ato revolucionário e, portanto, uma Revolução. Buscaremos destacar ao longo deste item características fundamentais para autores que consideramos capazes de articular tal teoria, onde concordamos com as dimensões sobre o termo. Ressaltamos novamente que não pretendemos adentrar nas problemáticas conceituais do uso da memória, mas sim a utilizarmos como uma ferramenta demonstrativa de como o emprego de conceitos na História pode sim influenciar os desdobramentos na sociedade. A maneira como a Revolução dos Cravos será “vendida” após os anos 2000, apontam para uma necessidade mais aprofundada de análise das adoções de interesses públicos e políticos sobre esta fatia da história portuguesa.

O combate pela memória desta mudança de ares no cenário português e a assimilação do discurso em torno do 25 de Abril é atualmente uma mobilização política de recuperação e ressignificação de valores, visto o interesse dessa apropriação diante da crise que avassala o país e afunda sua economia, nada mais sábio que trazer para o campo da mídia e do cenário político o simbolismo imagético que a data representa para a maioria da população. Liberdade e democracia ganham o discurso. A Revolução é, então, vista como um “delírio coletivo” e a tomada contrarrevolucionária na instalação do capitalismo liberal que se desencadeia pela direita socialista no país, ganha os pontos pela democracia representativa.

Partindo do princípio que as memórias coletivas se estabelecem a partir de uma “representação narrativa” (MUDROVICIC, 2009, p. 104) na referência de que ela exista a partir de um “acontecimento socialmente significativo”, a Revolução dos Cravos denota uma ruptura com um sistema de repressão e supressão da liberdade. Para Cruzeiro (2014, 27), no panorama português, a memória coletiva construída a partir dos alicerces de uma seletividade de memórias, prejudica e favorece um *revisionismo* pejorativo de significados quanto ao evento. As várias formas de organização da memória coletiva possuem, no entanto, “[...] um mesmo princípio unificador preside à sua organização, impondo uma leitura hegemônica dos acontecimentos históricos englobados na designação genérica de revolução” (CRUZEIRO, 2014, p. 27), logo, para a autora, “[...] essa leitura hegemônica veicula versões no mínimo simplistas e redutoras, onde não cabe uma infinidade de memórias individuais discordantes” (CRUZEIRO, 2014, p. 28). A partir desta leitura, e da crítica a este *revisionismo* pautado na memória coletiva construída *a posteriori*, o país teria se democratizado automaticamente, ou, naturalmente. Diante de uma revolução pacífica, unificadora e consensual, os valores positivos para uma democracia liberal estavam a

caminho, livrando-se dos esquerdistas mal-intencionados e instalando uma democracia parlamentar (CRUZEIRO, 2014, p. 29-30).

Portanto, a data seria marcada ao longo dos anos subsequentes ora como uma revolução/ruptura no sentido positivo de novos referenciais para uma sociedade devastada, ora no sentido de ter sido apenas um contributo para a já prevista política marcelista e, por muitas vezes, vista como ato de baderna e desordem dentro de uma sociedade que “caminhava com seus próprios pés” para a democracia (FREIRE, 2012, p. 135-138). O desenvolvimento do *revisionismo histórico* apresenta-se como um modelo imperativo dentro da Revolução dos Cravos, onde esta tendência busca “[...] relativizar regimes autoritários, violadores dos direitos humanos, e, por outro lado, condenar a tradição revolucionária” (SOUTELO, 2009, p. 100). Buscando uma direção no ato de conferir sentido à memória do passado, de acordo com as identidades, necessidades e visões políticas do presente, o *revisionismo* português terá seu ápice, sobretudo, nas comemorações de 25 de abril de 1994.

Com a instalação do regime parlamentarista em 1976, Portugal caminharia através das vias democráticas, tendência em ascensão nos países europeus. Como já foi aqui destacado, a utilização do discurso público sobre a Revolução ocorreria e se transformaria ao longo dos anos subsequentes. Desta forma, “para a direita, a homogeneização deriva do desejo de minimizar a história da revolução e até negar sua ocorrência” (SOUTELO, 2009, p. 16-17), como constatado anteriormente. Logo, “a imagem da revolução evidentemente é parte indissociável da luta pela memória histórica, processo que, em si, pode envolver tanto afirmação quanto negação” (SOUTELO, 2009, p. 17).

Durante praticamente toda a década de 1980, pode-se destacar um importante processo de valorização e enaltecimento da Revolução, como importante marco histórico no processo de mudança de sistema político no país, destacando-se as conquistas baseadas na pacificidade do ato. A inserção de Portugal na Comunidade Europeia, por sua vez, contribuiu para mudanças de referência na redefinição de identidade da sociedade portuguesa pós 74 (SOUTELO, 2014, p. 121). A década seria amplamente marcada pela disputa ideológica em torno da revisão da Constituição, em busca da retirada dos conceitos, visões e componentes ideológicos de cunho marxista, ampliando o debate do que teria significado a Revolução. A década seria significativamente atingida pelos ideais neoliberais e pela política fundada na União Europeia. Como já apontava o futuro presidente, Mário Soares, em 1976, “[...] o capitalismo americano pode muito bem ‘digerir’ uma transformação económica e social profunda em Portugal. No fundo, pouco importa o número de

nacionalizações ou o modo de gestão das empresas” (SOARES, 1976, p. 70). Pode-se salientar que com o predomínio de governos direitistas, os debates acerca das *ditaduras* ocorridas ao longo do século acabam por marginalizar-se, mas não extinguir-se.

Apesar de não haver contestações políticas sobre o 25 de Abril, uma certa *crise de identidade* paira sobre os meios de comunicação conservadores, colocando em destaque a identidade do português como o desbravador dos mares, enaltecendo as vias de conseguir superar as adversidades na Europa do início do século. Como aponta Soutelo (2014, p. 139), com o 12º aniversário da Revolução, muitos ativistas, civis e políticos ligados diretamente à Revolução colocaram-se contra as manifestações, onde a identidade portuguesa não se deformou com a Revolução, mas sim com o fascismo imperativo em quase meio século de repressão.

O ano de 1989 mostra-se emblemático na questão da recuperação da memória acerca do 25 de Abril: com a queda do muro de Berlim, evento que causou impacto mundial, as manifestações de outrora que visavam a democracia revolucionária, como ocorre em Portugal na década de 70, torna-se foco de *revisões*. O *combate pela memória* mostrar-se-á muito presente no sentido de resgatar as origens da democracia portuguesa e apontar seus “fundadores”. A partir disso, a orientação de identidade torna-se mais clara na medida de buscar as vias democráticas impostas pelos partidos ditos de direita, então governantes majoritários neste período.

Por fim, o período a ser analisado que torna emblemática a causa do *revisão* português e que até os dias de hoje são colocadas em pautas, empregam suas raízes na década de 2000. Com o 30º (cujo *slogan* é “*Abril é Evolução*”) aniversário da revolução e já com os moldes políticos impregnados com a inserção do país na União Europeia, o 25 de Abril é, enfim, forjado como um acontecimento de “evolução”, apagando seu sentido revolucionário e único. Como aponta Cruzeiro (2014, p. 28), “[...] ao omitir uma simples letra, apaga-se o passado revolucionário, celebrando o presente Neoconservador e neoliberal, numa complexa operação de marketing, situada algures entre a amnésia e a mentira”.

No cenário português da academia visitamos alguns autores com António da Costa Pinto, chamando a revolução como “evolução”, o que lhe rendeu críticas de autores como Fernando Rosas ao chamar-lhe de “pseudocientífico” (VARELA, 2012b, p. 189); António Borges Coelho, Manuel Villaverde e Luís Salgado de Matos também se envolveram no debate acerca da comemoração. Ou ainda considerar o período com predominância de continuidade, como autores de Manuel de Lucena e Joaquim Aguiar. É certo que um bom

historiador adota seus termos e configurações da história que escreve partindo de seus próprios preceitos políticos e ideológicos. O distanciamento do objeto, por mais que seja buscado, dificilmente é alcançado. Ao escrevermos, embutimos em nossas palavras com base em nossas análises e prismas de visão que nos indique o caminho que mais nos interessa, analisando pragmaticamente. No caso de Portugal, a supressão do 25 de Abril como uma revolução, é a representação da tentativa de omissão da capacidade do povo de propor mudanças e ensaiar um cenário social que mais lhe interesse. Concordamos, pois, com Varela, quando a autora afirma que “a polémica é incontornável porque revela, mais o que um conceito, uma visão histórica sobre o que é uma revolução, os seus sujeitos, as suas consequências, os seus derrotados e vencedores” (VARELA, 2012b, p. 191). Afirmar a passividade do cidadão frente aos seus obstáculos é tão presente no pós-modernismo quanto na esfera lusa.

Como bem destaca Varela (2012b, p. 190), a utilização indiscriminada de diversos termos pela academia aponta a desatenção proposital ou não dos autores ao não assumir posições quanto ao assunto que tratam: “processo de democratização”, “transição”, “revolução incompleta”, “transição pactuada”, “evolução” são alguns dos termos que encontramos na literatura portuguesa quando se trata o assunto de Abril. Autores como João Medina e Fernando Rosas também buscam uma via alternativa de lidar com a encruzilhada teórica, tratando o período de 74 a 75 como Revolução e a distinguindo da transição para a democracia após 1974. Se adentrarmos no estudo da ciência política sobre a utilização do termo, teríamos ainda mais extensa lista de tentativas justificadas para o emprego dos termos “revolução” e “transição” (VARELA, 2012b, p. 190-191).

O continuísmo é então declarado e sublinhado, deixando à margem e, literalmente, buscando apagar uma democracia que nasce a partir de uma ruptura, que transforma e evolui. A busca, ainda presente, de alterar o termo “revolução” por “transição” faz-se constante, na medida de camuflar uma ruptura brusca com um passado pérfido anterior. “Aquilo que nós discutimos é que o conceito de transição para uma democracia é um conceito absolutamente errado” aponta Raquel Varela (2012c, p. 9). “Quando há um processo revolucionário nós não sabemos se ele vai acabar na transição para a democracia ou em outra coisa qualquer e, portanto, os historiadores não têm de dar conceitos sobre o que vai acontecer, têm de analisar o que aconteceu!”. Em uma academia repleta de contradições, a historiografia portuguesa sobre o tema mostra-se cada vez mais fértil de pesquisa, em busca de compreender estas mesmas contradições que imperam ao longo destes 50 anos de políticas desmedidas e crescente decadência da economia do país. Em sua

inconformidade compartilhada, Cruzeiro (2014, p. 28) destaca que a “amnésia e mentira parecem ser afinal os dois pólos que marcam a forma como o regime democrático lida com esse trauma silencioso que é o 25 de Abril. Mesmo que o comemore, ou justamente porque o comemora... para mais facilmente o esquecer!”.

Conclusões

As movimentações sociais nas lutas reivindicativas contra o regime do Estado Novo estiveram presentes ao longo de todo o período autoritário, alcançando uma máxima no protagonismo popular nos anos governados por Marcello Caetano. A presença da luta operária, nas manifestações estudantis e organizações sociais como nas ocupações de terras e propriedades no país também estiveram fortemente marcadas nos dezoito meses do período revolucionário. Período este que contou com seis governos provisórios, cada qual percorrendo um ciclo de entrada e saídas que podem ser consideradas um caminho de mão dupla entre os conflitos institucionais no interior dos órgãos do Estado e nas organizações e pressões exercidas pelas manifestações do “povo”, iniciadas antes da ruptura desenvolvida a partir do 25 de Abril. Além disso, a conceptualização deste marco histórico português enquanto uma revolução é importante não apenas por uma questão teórica/metodológica de análise, mas também por questões associativas sobre a memória e o que as conquistas deste período significaram e ainda significam para uma sociedade em constante transformação.

REVOLUCIÓN DE LOS CLAVELES EN PORTUGAL Y LA DEMOCRATIZACIÓN CONTEMPORÁNEA (1973-1975)

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir y presentar la Revolución de los Claveles, que tuvo lugar en Portugal el 25 de abril, 1974, después de 48 años de autoritarismo y represión bajo los auspicios del nuevo Estado. Para ello, utilizamos de discusión bibliográfica así como fuentes primarias representadas por periódicos, documentos institucionales y de partidos. Aunque poco discutido en Brasil, la revolución portuguesa fue un hito en las democratizaciones ibéricas y el ejemplo de la lucha popular en varios otros países, después de haber visto un rico proceso de alternancia política y logros sociales. Por lo tanto, el estudio y discusión científica sobre este importante evento del siglo XX es esencial para comprender las difusiones de las luchas y revoluciones diseminadas a lo largo de este siglo.

Palabras Clave: Portugal. Revolución de los Claveles. Revolución de Abril. Democratización.

Referências

ANDERSON, Perry. 2006. *Portugal e o fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CRUZEIRO, Maria Manuela. O 25 de Abril de 1974: Memória da Revolução e Revolução da Memória. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 2, n. 1, 2014.

FERREIRA, José Medeiros. Prefácio. In **História de Portugal**. Portugal em Transe (1974-1985). (dir.) MATTOSO, José. (coord.) FERREIRA, José Medeiros. Portugal: Editora Estampa, 2001.

FREIRE, Américo Oscar Guichard. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n.10, dez/2012.

MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MUDROVIC, María Inés. Por que Clio retornou a Mnemosine? In: AZEVEDO, Cecília e outros (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ROCHA, Edgar. Portugal, anos 60: crescimento econômico acelerado e papel das relações com as colônias. *Análise Social*, 13(51), 1977.

SANTOS, Pedro Manuel. *Portugal e a NATO: Diplomacia em tempo de guerra (1961-1968)*. Lisboa: ISCTE, Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre, 2008.

SOARES, Mario. **Portugal, que Revolução?** Diálogo com Dominique Pouchin. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOUSA, Alfredo de. Os anos 60 da nossa economia, *Análise Social*, 30(4), 1995.

SOUTELO, Luciana de Castro. **A memória do 25 de Abril nos anos de cavaquismo: o desenvolvimento do *revisionismo histórico* através da imprensa (1985-1995)**. 2009. 400 f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Ponto – Faculdade de Letras, Porto, Portugal, 2009.

_____. A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*. In **A Revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)**. (Org.) LUÍS, Rita; SOUTELO, Luciana; SILVA, Carla. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2014.

TELO, António José. Portugal e a NATO (1949-1976). **Primavera**, nº89, 1999.

TROTSKY. Leon. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VARELA, Raquel. Conflitos ou coesão social? Apontamentos sobre a história e memória da Revolução dos Cravos (1974-1975). In **Revolução ou Transição?** História e Memória da Revolução dos Cravos. (Coord.) VARELA, Raquel. Lisboa: Bertrand Editora, 2012a.

_____. Rutura e Pacto Social em Portugal: Um olhar sobre as crises económicas, conflitos políticos e direitos sociais em Portugal (1973-1975, 1981-1986). In **Quem Paga o Estado Social em Portugal?** (Coord.) VARELA, Raquel. Lisboa: Editora Bertrand, 2012(b).

_____. Sobre: “O 25 de Abril é a antítese da estabilidade e da transição”. 30/07/2012c. Acesso em 14/05/2015. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/%E2%80%9Co-25-de-abril-%C3%A9-ant%C3%ADtese-da-estabilidade-e-da-transi%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D/24119>.

_____. **História do Povo na revolução Portuguesa**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

_____; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. **O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

_____; PAÇO, António Simões do; ALCÂNTARA, Joana. A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. Outros Tempos, vol.11, n.17, 2014.

SOBRE A AUTORA

Pamela Peres Cabreira é doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (UNL); bolsista CAPES.

Recebido em 13/05/2019

Aceito em 17/05/2019